

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## **NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. SEMINÁRIO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS. VIDA E OBRAS DOS MESTRES DA UNIVERSIDADE DA COSTA.**

BRÁSIO, António

Ano: 1983 | Número: 93

---

### **Como citar este documento:**

BRÁSIO, António, Notícias da Actividade Cultural. Seminário de Estudos Humanísticos. Vida e obras dos mestres da Universidade da Costa. *Revista de Guimarães*, 93 Jan.-Dez. 1983, p. 306-315.

---

Casa de Sarmento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmento.uminho.pt](mailto:geral@csarmento.uminho.pt)

URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## Vida e Obras dos Mestres da Universidade da Costa

Por ANTÓNIO BRÁSIO

O renascimento em Portugal deve a D. Manuel e a D. João III a sua eclosão e o seu feliz desenvolvimento. Parece ter sido em Braga que em primeiro lugar foi pensado o ressurgimento da reforma e esplendor da escola portuguesa. Desde que D. Diogo de Sousa ocupou o sólio bracarense, em 1505, logo pensou e se propôs ordenar colégios na sua diocese e na cidade de Braga. Um franciscano, Frei João de Chaves, levou esta notícia a el-Rei D. Manuel, que prometeu sustentar à sua custa nove colegiais (1).

Em carta para el-Rei, de 21 de Setembro de 1527, quanto ao propósito régio de mandar estudantes para Paris aprender teologia e fazer lá colégio com rendas para sustento deles, lhe parecia mais conveniente fazer-se em Braga, pois «como todos sabem — escreve — a primeira obra que desejou e tentou de fazer em chegando a esta cidade foy hum collegio e sem começar outra o fiz saber a elRey voso pay que Deus aja, foy diso mui comtemte e louvou meu proposito e me prometeu renda pera mantimento de nove colegiaes cada ano e estando asy veyo Jmmiguo e sobre esta boa semente semeou zizania» (2). No dia immediato dirigiam-se o deão e cónegos bracarenses a D. João III, dizendo-lhe não poderem as rendas da sé suprir as despesas com os letrados que o dito senhor intentava mandar a Paris estudar, apesar de ser «a mays antiga e hõrrada dEspanha, nom tem rendas a jso comsoantes» (3).

Vemos pela carta do Conde de Tarouca, mordomo-mor del-Rey, de 9 de Novembro de 1508, que D. Manuel pensava seriamente em fazer um colégio em Lisboa — «huñ collegio que quer mamdar fazer ã Lixboa» —

(1) ANTT — *Corpo Cronológico*, I-50-63.

(2) ANTT — *Corpo Cronológico*, I-37-96.

(3) ANTT — *Corpo Cronológico*, I-37-96.

diz o documento e que gastará todas as tenças e acrescentamentos na fábrica do dito colégio<sup>(4)</sup>.

Com a largada de Marcial de Gouveia de Biaga para o Porto em começos do ano lectivo de 1546, desfizeram-se os projectos bracaraenses, sem que saibamos que género de «Jmmiguo» era aquele a que se referia D. Diogo de Sousa a D. João III, nem que espécie de «zizânia» era a que ele semeava.

Évora foi outro centro de estudos que vinha do reinado de D. Manuel, se bem que não pensasse por então em estudos universitários. Nas cortes de 1535 pediam os procuradores do concelho a D. João III, que mandasse acabar os estudos em Évora, que já eram começados e que ali se oiderassem lentes, para que estavam ordenadas duas prebendas da sé, de 900 mil réis cada uma, o que seria azo de haver mais letrados no reino e que não fosse para o estrangeiro o dinheiro que os estudantes lá gastavam. O rei agradeceu a lembrança. Évora era cidade em que não faltavam humanistas, como André de Resende e Jorge Coelho em destaque, com João Petit, futuro bispo de Cabo Verde e Pedro Margalho como teólogos e D. Martinho de Portugal e Francisco de Melo, como homens da política<sup>(5)</sup>.

O Infante D. Afonso, administrador do bispado, incentivou em 1537 a reforma da escola da cathedral, encarregando Luís Álvares Cabral de ensinar a Gramática.

Por 1539 criava D. Frei Diogo da Silva, então bispo de Ceuta, e futuro arcebispo primaz, em Olivença, um beneficio de sete moios de trigo anuais para o mestre que ensinasse a Gramática e a Poética aos estudantes do bispado, preceituando ao mesmo tempo que o professor fosse eleito de dois em dois anos pelos próprios alunos<sup>(7)</sup>. O deão da Capela Real, seu sucessor, D. Diogo Ortiz de Vilhegas, por carta de 16 de Abril de 1543, informava el-Rei que provera «a Prebenda de Grammatica canonjcamete ã huñ clerigo natural desta villa [de Olivença], christão velho e de letras de humanidade asaz cõuenjentes». Notemos que a votação não foi pacífica, havendo quem quisesse regrab-se pelo regimento de D. Diogo da Silva, já revogado<sup>(8)</sup>.

Em 1531 chegou D. João III a pensar na transferência da universidade do bulcío de Lisboa para local mais accmodado ao estudo, optando por Torres Vedras, como o verificamos ao ler a carta de 25 de Dezembro de 1532, dirigida a el-Rei pelos vereadores, procurador e homens bons

(4) ANTT — *Corpo Cronológico*, I-37-97.

(5) ANTT — *Corpo Cronológico*, I-7-53.

(6) D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, Coimbra, 1974, I, p. 68-97.

(7) Paiva Manso, *Historia Ecclesiastica Ultramarina*, Lisboa, 1872, 1.º vol. (e único), p. 46.

(8) ANTT — *Corpo Cronológico*, I-73-73.

da mesma vila, em que se vê que ficaram assustados, representando ao soberano os motivos que tinham contra a honrosa escolha: devido à peste a vila encontrava-se supervoada e corriam maus os tempos para a lavoura quanto a amanhos e colheitas. Efectivamente a universidade de Lisboa não se estabeleceu em Torres Vedras<sup>(9)</sup>.

Em carta de 9 de Fevereiro de 1537 escrevia D. João III a Frei Brás de Barros, que sempre fizera «fundamento quando determiney mandar fazer esses estudos [de Santa Cruz] de fazer universidade e escolas gerais<sup>(10)</sup>, o que parece indicar que já nesta altura pensava na futura universidade do Mondego.

Mas o colégio universitário da Costa, nesta panorâmica de renovação geral dos estudos em Portugal, não foi o primeiro que os nossos reis tiveram em mente criar em Guimarães. Efectivamente, por instigação do mesmo franciscano, que em 1505 servira de intermediário entre D. Manuel e D. Diogo de Sousa, Frei João de Chaves, resolvera a câmara desta cidade, em 25 de Fevereiro de 1512, fazer um colégio em Guimarães, uma das mais nobres vilas destes reinos, esmiuçando a el-rei a maneira engenhosa de o sustentar<sup>(11)</sup>.

Todavia só havia de vingar a fundação do colégio da Costa. O afastamento do bulício do mundo, que já se verificara em Lisboa e que estava nos fundamentos do problema da transferência da universidade para Torres Vedras, foi certamente, em nosso parecer, um dos mais poderosos motivos que influenciaram o ânimo régio. Com esta fundação ou transferência tentou-se com êxito lançar entre os belemitas as bases de uma academia de feição e inspiração moderna. A Academia da Costa, diremos com o Professor José Sebastião da Silva Dias, viria a constituir um dos ensaios pedagógicos mais interessantes da Renascença na terra portuguesa<sup>(12)</sup>.

O cronista anónimo dos religiosos de S. Jerónimo, baseado em documentos do seu arquivo, afirma que foi com o regresso de Frei Diogo de Murça dos estudos de Lovaina, em 1533, que os ventos novos da Renascença começaram a soprar entre os monges belemitas. O colégio jeronimiano da Costa fundado na Penha-Longa em 1535, foi transferido em 1537, dirigido pelo religioso eminente que foi Frei Diogo de Murça, havia poucos anos regressado da Bélgica, aureolado com a láurea doutoral em teologia<sup>(13)</sup>, para a Serra de Santa Catarina, a nascente de Guimarães.

«Falar do Colégio da Costa e de algumas das figuras mais relevantes que por ele passaram — diremos com o Doutor Manuel Augusto Rodri-

(9) ANTT — *Corpo Cronológico*, I-48-19.

(10) Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, Coimbra, 1937, I, p. 23.

(11) ANTT — *Corpo Cronológico*, I-11-16.

(12) *A Política Cultural da época de D. João III*, Coimbra, 1969, I, p. 467.

(13) A. Moreira de Sá, *Livros de uso de Frei Diogo de Murça*, in *Boletim da Bibli. da Univers. de Coimbra*, 1977, p. 70. Separata, p. 10.

gues — é evocar a penetração do humanismo em Portugal e a extraordinária projecção que viria a ter entre nós» (14).

Sobre a vida levada no Colégio e regime escolar é da maior importância a carta que Murça escreveu em 8 de Novembro de 1542 a D. João III, em estilo directo e sem artificios, na qual lhe diz estar surpreendido com a recuperação cultural dos frades de S. Jerónimo, «pois se não pode fazer mais do que é feito, nem cuidei que entre frades e frades de S. Jerónimo, que tão fora estavam de estudar, se pudesse introduzir exercício de letras da maneira que este procede» (15). Não sofre dúvida que o obreiro mór deste «milagre» foi Frei Diogo de Murça, coadjuvado por Frei António de Lisboa e Frei Brás de Barros, seus confrades, o último também vindo dos estudos-da Flandres. Este facto de terem andado em contacto com as sumidades intelectuais da Faculdade das Artes de Paris e do Colégio Trilingue de Lovaina, com homens como Clenardo e sequazes de Erasmo, não só lhes abriu o espírito à renovação intelectual, mas deu-lhes audácia para se lançarem como pioneiros na docência e na reforma das instituições nacionais de ensino. Não tem outra explicação a quantidade de livros de Erasmo encontrados no espólio bibliográfico de Frei Diogo de Murça ou do Príncipe D. Duarte. Uma carta escrita em Évora nas vésperas de Natal de 1534, de Nicolau Clenardo para Vaseu, mostra que Murça esteve em contacto com Rutgero Réscio, porta-voz do Colégio Trilingue de Lovaina, tendo sido portador de uma carta de Réscio para Clenardo, o que denota a confiança que nele depositava. Foi Murça que convenceu D. João III a confiar-lhe a educação e formação intelectual de seu filho o Príncipe D. Duarte no Colégio da Costa, transferindo-o do convento da Penha, onde estava confiado a Frei Jorge de Évora. O Colégio da Penha Longa só funcionou de 1535-1538, e o da Costa foi sede dos estudos dos monges de S. Jerónimo até 1547. O doutor Mácio Brandão pensa com boas razões, que D. João III ordenara a transferência do colégio da Penha Longa para o mosteiro da Costa, a fim de seu filho D. Duarte passar ao estudo da retórica, e que a saída de D. Duarte do Colégio da Costa em Agosto de 1543, desinteressou o soberano da manutenção da escola, visto que em 5 de Novembro seguinte a privava do seu orientador Frei Diogo de Murça, mudando-o para Coimbra (16).

Deve-se a reorganização cultural de Frei Diogo de Murça a interesses da sua ordem e da casa real, para educação de dois moços de sangue régio, D. Duarte e D. António, de 1535-1537 alunos em Penha Longa. Em Setembro de 1537 Clenardo esteve certamente com D. Duarte em Guimarães, pois ao escrever no dia 8 do mês ao arcediogo de Évora João Petit, diz estas textuais palavras: «A ceia foi ao pé de Guimarães, com o padre Diogo

---

(14) *Teologia e Humanismo no Colégio da Costa*, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, 1981, III, p. 584.

(15) ANTT — *Corpo Cronológico*, I-73-10.

(16) Mácio Brandão, *Estudos vários*, Coimbra, 1972, I, p. 293 e 299.

de Murça prior do Mosteiro da Costa, que nos fez as honras da casa, E logo de seguida fala dos lentes que lá ensinavam: «Tem ele no mosteiro três lentes, todos portugueses. Conheceis já o Bordalo: este ensina ética logo depois do almoço e a física antes do meio dia; outro ensina a dialéctica; e o terceiro, sob cujas bandeiras milita um filho del-rei, de quatorze anos de idade, a retórica. Assisti às lições de todos eles, e quise-ram-me parecer bastante desempoeirados no seu assunto» (17).

Clenardo ouviu portanto as lições de Inácio de Moraes em Retórica, de António Caiado em Lógica e de Gaspar Bordalo em Filosofia Moral e em Física, todos bem desempoeirados na sua matéria, no dizer de um especialista que era Clenardo.

A actividade docente de António Caiado e de Gaspar Bordalo não se abona em documentos chegados até nós, mas o testemunho dado por Clenardo, tão crítico e tão exigente, dá-nos a medida da sua craveira intelectual. Quanto a Caiado, se ensinou artes na Costa, deve ter terminado o curso de 1536, no ano lectivo de 1539-1540, como sugere o Prof. Silva Dias (17). Era um especialista em humanidades. Gaspar Bordalo, professor do primeiro curso dos Jerónimos em Lisboa, ensinou no curso de 1538-1542, a que pertenceu D. Duarte, deixando a Costa por Coimbra, neste mesmo ano.

Inácio de Moraes impunha-se pelo nível que imprimia às suas aulas. Era formado em Paris e em Lovaina, o que era já uma forte recomendação. A provar a competência e o brilhantismo dos professores da Costa, postos em paralelo com as outras escolas jeronimitas, testemunham Diogo de Murça e Marcos Romeiro. Escreve o primeiro: «Quão ao collegio, nosso snõr seja louvado, vay bem avãte e fazesse mais fructo do q̃ eu nũqua cuydey que se pudesse fazer; na theologia há xiiij frades q̃ studão, vij do primeiro curso, q̃ vay em tres anos q̃ ouvẽ theologia e estão aproveytados, outros sete são deste curso que hora acabou, vão cõcertados e cõ tal exercicio e cõtinauãção, q̃ cõ ajuda de nosso sñr, cedo averá delles algũs que começarão de ler aos outros que de novo entrão; no cursu das artes q̃ começou este año, há oytto frades, todos de boas habilidades e mãçebos, q̃ de principio studãrão grammatica neste collegio, os quoaís na linguaõ latina tẽ mais exercicio do q̃ tinhão os q̃ até aqui entrarão nas artes» (18).

O Doutor Marcos Romeiro, em carta de 1 de Novembro de 1540 a el-Rei, faz-lhe a descrição circunstanciada do exercício do Colégio da Costa, que era uma colmeia onde se labutava de manhã e de tarde com a maior diligência. «Todos são contínuos em falar latim, no q̃ se poem grande diligentia & vigilantia, por q̃ o falar latim e entêdelo bem he o

(17) D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *Ob. cit.*, p. 309.

(18) ANTT — *Corpo Cronológico*, I-73-10.

(19) Mário Brandão, *Alguns Documentos Respeitantes à Universidade de Coimbra na época de D. João III*, Coimbra, 1937, p. 50-51.

principio de todas as doutrinas & para melhor julgar nellas». O principio disto tudo é Vossa Magestade, diz Romeiro, «donde não será necessario mendicar as letras fora da propria terra, com muyto detrimento da vida & excessivos gastos, do que ja de muytos annos a esta parte não temos que nos aqueixar», por el-Rei ajudar os estudiosos nos seus gastos, os quais muitas vezes, por não terem faculdade de seguir o estudo das letras, sacrificavam o seu talento e engenho<sup>(20)</sup>.

Inácio de Moraes, um dos grandes mestres da Costa, escreve a Frei Brás de Barros em 7 de Outubro de 1536 estas palavras, reveladoras da sua paixão pelo latim: «Parece-me, varão doutissimo, não ter perdido inteiramente o tempo e o trabalho, como se diz, nestes estudos da lingua latina, nos quais sempre me deleitei e me tenho exercitado quase desde a infância, não sem grandes vigílias<sup>(21)</sup>.

Concluídos os estudos Preparatórios, só restava aos alunos do colégio da Costa iniciar o da teologia ou buscar ensino alhures. O silêncio de Clenardo quanto à teologia indica que ainda não era ensinada na «pequena universidade» vimaranense em 1537 e que a sua regência deve ser posterior a 1537-1538. Pela carta de Marcos Romeiro de 1 de Novembro de 1540 se vê, que ele professava ali a teologia e Diogo de Murça no mesmo mês de 1542, escreve que havia na Costa sete estudantes de teologia «bem aproveitados» ia em três anos e que outros sete eram do curso que «hora acabou», e que em breve começariam a ler aos outros estudantes. Deve, consequentemente, ter começado o curso de teologia anteriormente a 1539, para em 1542 terem terminado sete teólogos um Curso de seis anos.

Temos de contar entre os mestres teólogos da Costa, segundo o memorialista de S. Jerónimo<sup>(22)</sup>, o padre Pedro Margalho, natural de Elvas, doutor em teologia e filosofia pela universidade de Paris e em Cânones pela de Salamanca, tendo como aluno a D. Duarte, que se estriara na ciência sagrada em 1543.

No Colégio universitário da Costa havia, portanto, duas séries de estudos: Os Preparatórios, constituídos pelas Humanidades e pelas Artes, e uma faculdade de ensino superior, a Teologia. Ao Doutor Silva Dias, pareceu que o estudo das humanidades não era tão completo como em Santa Cruz de Coimbra, por, afirma, lhe faltar o grego e o hebraico e que D. Duarte não estudou aquelas línguas quando frequentou as humanidades, e que elas nem sequer eram ensinadas no Colégio vimaranense, como se deduz do silêncio de Clenardo<sup>(23)</sup>, se bem que este silêncio não seja propriamente significativo, pois certamente que havia no Colégio mais professores que os que ele ouviu quando da sua passagem. Mas a

<sup>(20)</sup> Mário Brandão, *Ob. cit.*, p. 67.

<sup>(21)</sup> In *Ob. cit.*, p. 474.

<sup>(22)</sup> *Memorias dos Estudos em que se crião os Monges de S. Jeronymo*, in Bolet. da Bibliot. da Univers. de Coimbra, Coimbra, VI, p. 215.

<sup>(23)</sup> Silva Dias, *Ob. cit.*, p. 477.

abundância de gramáticas e dicionários encontrados em Coimbra no espólio literário de D. Duarte, inclina o doutor Silva Dias a pensar em intuítos de ensino em Guimarães ou em Coimbra!

Sustentam as *Memorias dos Estudos* dos monges de S. Jerónimo, não sabendo quem fosse o mestre de grego e de hebraico, que estas línguas se ensinavam na Costa, que Frei Diogo de Murça tinha grande cabedal nelas e que D. Duarte as possuía com bastante extensão, «porque entre os livros deste Príncipe, que o Sñr. Rey D. João o 3.º seu Pay mandou dar ao Collegio de S. Jeronimo de Coimbra, se achão muitos em Grego, Dictionarios de Hebraico, e outros livros tambem em Hebraico, como Biblia, Psalterio, e outros, que mostram a intelligencia de quem os possuia; e não sendo o Sñr. D. Duarte estudado fora deste Collegio he certo que nelle havia, e se frequentavão estes Estudos» (24).

Estas palavras requerem glosa. Desde que o Dr. Joaquim de Carvalho, mas sobretudo o Dr. Moreira de Sá publicaram os «Livros de Uso de Frei Diogo de Murça» e de D. Duarte, da análise das listas de obras que pertenciam aos Padres Jerónimos e que estavam a uso de Frei Diogo, ou seja 268 espécies, encontramos apenas um Vocabulário e um Dicionário hebraico, uma Gramática de grego, um Vocabulário da mesma língua e um Saltério hebraico. Da lista publicada pelo Doutor Mário Brandão, com 94 espécies, e que pertenciam, como foi julgado na Mesa da Consciência, ao Doutor Diogo de Murça, descobrimos somente um Lexicon e uma Gramática de hebreu. E nas 31 obras pertencentes ao Príncipe D. Duarte, apenas encontramos uma Biblia em grego e um Xenophonte, um Atineus, um Claudio Tolomeu, um Dioscórides, um Lexicon de Suidas, um Thucídedes, um Demóstenes e um Eródoto, ricamente encadernado, obras todas em lingua grega (25). De hebraico, absoluta mente nada. Somos levados, portanto, a estar de acordo com o Dr. Silva Dias quanto à aprendizagem de hebraico na Costa por parte de D. Duarte. Já não podemos segui-lo quanto ao grego, em que o Príncipe mostra, pelas obras da sua livraria, que o possuía com toda a certeza.

O plano de estudos adoptado na Costa deitava de lado, portanto, o trívio e o quadrívio e seguia o sistema pedagógico francês e dos Países-Baixos, de começar a vida académica por um período de vida humanística do espírito. Os dois ciclos repartiam-se por oito anos, quatro para as humanidades e outros tantos para as artes. E porque na Costa se seguia a praxe parisiense, estamos de acordo com o Prof. Silva Dias, que julga que o curso das artes tivesse dois anos de lógica e um e meio de filosofia natural, moral e metafísica. E como na teologia vigorava também a metodologia parisiense, embora Frei Diogo de Murça e Marcos Romeiro o não digam, era o curso de seis anos. Do que não resta dúvida é que se

(24) *Memorias dos Estudos*, p. 215.

(25) *Memorias dos Estudos*, p. 216-219.

dava a Exegese bíblica e a teologia da Summa de São Tomás e não as Sentenças de Pedro Lombardo.

É da análise da biblioteca de Frei Diogo de Murça que da Costa passou para Coimbra, que somos levados a concluir que ao lado de textos da Escritura, da Patrística, do Aquinense e até de Erasmo, que era no estudo aprofundado da Escritura e da Exegese bíblica que se formavam os teólogos da universidade da Costa.

A oração pronunciada em academia solene por D. Duarte, mas certamente escrita por Murça ou Romeiro, mostra nas suas linhas e entrelinhas a altura e a profundeza dos estudos humanísticos universitários. A valorização da filologia, das letras humanas e da retórica, aconselhando a leitura de Quintiliano, Marco Túlio, Demóstenes, Isócrates, Xenofonte e Platão, Quintiliano quanto aos preceitos e Marco Túlio sobre o modo de orar. A teologia era concebida como uma vida, ao alcance dos fiéis. <sup>(26)</sup>

Embora não tão completo como em Paris quanto ao número de disciplinas, o certo é que se regia pelos estatutos parisiños o curso teológico e que o seu limite era de seis anos, fazendo de controvérsias e disputas entre alunos o processo de transmissão da ciência e da formação do espírito.

O ano lectivo na Costa, quanto à teologia, como escreve M. Romeiro, dividia-se em dois períodos distintos, separados pelo almoço. No da manhã ouviam os alunos uma lição de teologia escolástica e depois dela conferiam entre si a matéria dada, interrogando-se reciprocamente sobre ela, para melhor reterem os conceitos mais importantes. No período da tarde repetia-se a lição matinal, seguindo-se a discussão da mesma entre alunos, e vinha logo a lição de S. Paulo ou de Sagrada Escritura. Às sextas-feiras havia disputas maiores, a que estavam presentes todos os colegiais, debatendo-se numa a matéria teológica e na outra a matéria bíblica, lidas durante a semana.

A monotonia escolar era quebrada pelo Ofício Divino e pelas refeições, descanso e recreios. Seguia-se, mais ou menos, a regra seguinte. Depois de cantadas laudes e prima, como orações da manhã, e ouvida a Missa, seguia-se a lição de teologia, por volta das oito horas. Finda ela seguia-se o Ofício de terça e logo depois um curto recteio seguido de conferência. Cerca das onze o almoço. Às doze e meia a sexta e noa e em seguida trabalho escolar, com a repetição da matéria teológica e a lição de Sagrada Escritura. Pelas quinze voltava-se ao coro para recitar matinas e findas elas e a conferência seguia-se a repetição de Exegese e por último o jantar, vésperas e completas como oração da noite, seguidas de estudo.

---

<sup>(26)</sup> Dr. J. de Carvalho, *Estudos sobre a cultura portuguesa no século XVI*, Coimbra, 1948, II, p. 195-199. A. Moreira de Sá, *Ob. cit.*, p. 34-41 e 43-44; Mário Brandão, *Alguns Documentos*, p. 237-339; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. III, p. 40-54.



Em 1539 foi-lhes dada a faculdade de transferir da meia-noite para outra hora a recitação de matinas, cremos que para as quinze horas.

Na cátedra de teologia gastava-se diariamente hora e meia ou duas horas de lição e na de Exegese ou Sagrada Escritura possivelmente uma hora ou hora e meia. A meia hora destinava-se, supomos, à troca de impressões entre alunos e professor acerca de matérias já explanadas. Nada nos diz Romeito dos seus exercícios de dialética, mas julgamos que fora das disputas maiores, não excederiam uma hora ou hora e meia. Os mestres além das suas lições presidiam à conferência da matéria e à disputa semanal, auxiliados no seu cargo por repetidores, que assistiam às repetições, ajudando o aluno, dirigindo o debate subsequente e esclarecendo as dúvidas e dificuldades. Os colegiais intervinham nas repetições e disputas por escala nas disputas maiores; o que estava de turno explanava o tema e defendia a sua doutrina contra as objecções que os outros tinham de lhe fazer.

O ano escolar iniciava-se, segundo Frei Diogo de Murça, em dia de S. Jerónimo, 30 de Setembro, com sermão na igreja por um colegial e no refeitório sermão em latim por outro colegial e no dia seguinte a oração de sapiência, que durava duas horas, feita por outro colegial e no mesmo dia à tarde havia disputas gerais de teologia durante três horas. Examinaram-se depois os alunos de artes e gramática para se apurar o seu aproveitamento, dando-se princípio às aulas e os lentes fizeram seus discursos de circunstância. Desde 1539 foram conferidos graus em artes e teologia. Frei Diogo de Murça pediu ao Núncio Jerónimo Capodifetro autoridade para conferir graus de licenciado, bacharel e doutor aos estudantes da Costa, o que lhe foi concedido por um breve.

Porém D. João III, que patrocinava os estudos do Colégio, não fez caso dos privilégios concedidos pelo Núncio e recorreu a Paulo III, e S. Santidade, *viva vocis oraculo*, deu ao cardeal Penitenciário autoridade apostólica para promover aos graus de licenciado, bacharel e doutor, tanto os religiosos como os seculares que estudavam no dito Colégio, e conferir-lhes as insígnias do costume, contanto que fossem examinados por dois ou três doutores ou licenciados, na forma que se praticava nas universidades, e que os doutores e bacharéis assim graduados gozariam dos privilégios e graças de que gozavam os da universidade de Coimbra e dos outros Estudos Gerais.

Finalmente D. João III fez lei de estado a concessão apostólica, pelo alvará de 6 de Julho de 1541<sup>(27)</sup>. Ficavam, portanto, equiparados os licenciados em Artes aos da universidade de Coimbra.

---

(27) *Memorias dos Estudos*, p. 216-219. Silva Dias, *ob. cit.*, p. 484-485.

\*

Foi breve a vida do Colégio da Costa, a falta de mestres e de alunos dificultou-lhe a expansão. O director diz a el-Rei em 1542 que frequentavam o Colégio vimaranense 70 estudantes de Gramática, 26 de Artes e 14 de Teologia, sendo monges quatro gramáticos, oito artistas e todos os teólogos. Esta foi a causa principal de não haver frequência regular em filosofia e em teologia: a insuficiência de discípulos.

Este facto conjugado com outras circunstâncias contribuiu para lhe abreviar a existência. Com a morte de D. Duarte, em Agosto de 1543, deixou de ser uma escola principesca, que lhe poderia ter assegurado mais alguns anos de vida. A partida de Frei Diogo de Murça para Coimbra, em Novembro de 1544, marcou-lhe o destino final.

Teve assim o remate lógico que seria de prever, escreve o Doutor Silva Dias, a política de concentrar na cidade do Mondego todos os estudos de grau universitário e fazer da universidade de Coimbra um estabelecimento capaz de rivalizar com Alcalá de Henares e com Salamanca, quanto ao número de escolares e ao nível da cultura <sup>(28)</sup>.

Guimarães, 8 de Outubro de 1982

---

(28) Silva Dias, *Ob. cit.*, p. 486-487.